

# Memória e Literatura: a invenção dos grapiúnas

**André Luiz Rosa Ribeiro**

Universidade Estadual de Santa Cruz –UESC

*E-mail:* andre.5@bol.com.br

Recebido em: 04/11/2014

Aprovado em: 16/11/2015.

**Resumo:** Este artigo se propõe centralmente a compreender as representações relativas à memória na região Sul da Bahia relacionando-as com o quadro social, econômico e político no contexto de emergência, florescimento e início do declínio da lavoura cacauzeira. Enfoca em especial os mecanismos baseados nas práticas de construção de memória utilizados em obras ficcionais (Jorge Amado e Adonias Filho) na temática sobre o cacau.

**Palavras-chave:** Literatura. Memória. Região Cacauzeira.

## Memory and Literature: the invention of the grapiunas

**Abstract:** This paper centrally considers the representations regarding the memory, in the South region of Bahia, Brazil, relating them to the social, economic and political framework in the context of emergency, bloom and beginning of the decline of the cocoa plantation. It especially focuses on the mechanisms within the practices of memory construction used in fictional works (by Jorge Amado and Adonias Filho) portraying cocoa as their main theme.

**Keywords:** Literature. Memory. South-Bahian cocoa region.

## 1 Introdução

A ficção ambientada na região produtora de cacau do Nordeste brasileiro é um importante índice para a compreensão do processo de elaboração de identidade nas primeiras décadas do século passado. Expressa o esforço dos literatos sul baianos na construção de uma unidade cultural para a região cacauzeira, onde as representações da morte têm um importante papel. As representações presentes na literatura dos principais autores que exploraram o tema do cacau não são meros reflexos do acontecido ou, por outro lado, estão simplesmente em oposição ao mesmo, contrapondo o imaginário às práticas sociais. A narrativa desses autores captou aspectos do vivido e, apesar de não ter compromisso com o que de fato teria ocorrido, não prescindiu deste.

Como propõe Chalhoub (2003, p. 92), “[...] a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou espelho da matéria social que representa e sobre a qual interfere.” As obras ambientadas na fase da conquista das matas do sul da Bahia tornaram-se parte constitutiva da memória construída em torno de uma dita civilização cacauzeira e de uma identidade a partir da “saga grapiúna”. Amado e Adonias retratam a saga dos “pioneiros do cacau”, que constroem uma civilização forjada no processo da ocupação da terra. A morte é um elemento que permeia as tramas e os destinos das principais personagens, dando às mesmas características sociais e culturais que terminam por identificar o homem grapiúna e construir ficcionalmente uma memória para uma região definida culturalmente.

O estudo da literatura enquanto participante na construção de uma memória coletiva ajuda a compreender temas recorrentes em uma determinada sociedade. Uma memória grapiúna, cujo conteúdo compõe-se de textos e imagens — olhares compartilhados sobre “o que foi” — que pautam as vivências nas relações sociais. Entendemos “grapiunidade” como um conceito articulado a partir dos discursos literários, principalmente na obra de Amado e Adonias, em que características da sociedade regional são encontradas em várias das personagens mais conhecidas.

As obras literárias sobre a temática do cacau ocupam um lugar relevante na literatura brasileira, não somente pela qualidade dos escritores como também por terem emergido num período histórico

de “redescoberta” do Brasil. A literatura regional está inserida no bojo do Movimento Nordeste iniciado na ficção por José Américo de Almeida com *A bagaceira* (1928). Os escritores ligados ao movimento ajudaram a redefinir as fronteiras culturais do país, com base na denúncia das contradições sociais da nação. A ficção passou a explorar indivíduos ou grupos socialmente marginalizados. As diferenças e tensões sociais servem de material para os literatos, principalmente os de cânone realista que pretendem tecer uma análise crítica da realidade brasileira (CARDOSO, 2006).

## 2 O escritor-intérprete e a lógica social do texto

O próprio Amado foi alçado à condição de intérprete da sociedade, praticamente inventando o povo baiano e por ele sendo inventado (GOLDSTEIN, 2003). Isto ocorre, ao menos em parte, pela postura de memorialista assumida por Amado, pelo papel fundamental das suas lembranças na concepção dos seus livros. Em suas próprias palavras, “escrevo sobre o que vivi e aquilo que conheço” (FRANCESCH, 1997, p. 45). A ampla circulação das obras estudadas proporcionou às mesmas tornarem-se referência com relação à área produtora de cacau nordestina. Essas obras, mais do que retratar ficcionalmente um passado histórico, forneceram a base discursiva para a construção de representações que configuraram uma pretensa unidade cultural da região.

Amado ganhou projeção no cenário literário nacional por sua atuação no movimento regionalista de 1930 e no modernismo brasileiro com o chamado “ciclo do cacau”, inaugurado com *Cacau* (1933), o seu segundo romance. Este foi seguido por *Terras do sem fim* (1943), narrativa sobre a saga da conquista da terra e a origem social dos coronéis, e *São Jorge dos Ilhéus* (1944), continuação do enredo anterior e que, como *Gabriela Cravo e Canela* (1958), abordam as mudanças no contexto social e econômico da região cacaueira, na passagem do poder dos produtores nacionais para os exportadores de cacau, representantes do capital externo. Nestas duas últimas obras, observa-se a recusa das mortes violentas como símbolo de um passado heroico, agora superado pelo progresso material e pelo processo civilizacional. De qualquer forma, todos os romances citados estão impregnados de memória, formando um conjunto de depoimentos ficcionais que representam as diferentes fases históricas por que passou a região produtora de cacau e as mudanças de comportamento cultural (ARAÚJO, 2003).

Apesar de ter sido ligado ao integralismo, campo político diametralmente oposto ao marxismo ao qual Jorge Amado estava associado, o escritor Adonias Filho apresenta, em sua literatura sobre as origens da civilização do cacau, muitos pontos em comum com Amado no que respeita à construção do ideário a ela relacionado e à predominância do tema da morte no processo de formação identitária regional. Em seus romances, como *Os servos da morte* (1946), *Memórias de Lázaro* (1961), *Corpo vivo* (1962) e *As velhas* (1975), as narrativas formam fios da mesma trama, visões que ora se entrelaçam, ora se distanciam na construção do imaginário sobre a morte na região cacaueira.

Conquanto, nestas primeiras obras, tenha elaborado enredos em que a morte unifica tragicamente as personagens em uma teia de vínculos estabelecidos pela violência do ambiente ficcional, mais adiante, em ensaio intitulado *Sul da Bahia: chão de cacau* (1976), Adonias redimensionou o quadro de construção da civilização do cacau que havia constituído em sua obra literária. O ensaio traz uma imagem atenuada da morte no processo de acumulação de terras. Em *Sul da Bahia: chão de cacau*, o grande proprietário está desvinculado da violência e aparece como responsável pela intensa urbanização e desenvolvimento econômico do início do século XX, quando forma-se a ideia de civilização do cacau.

A construção literária da identidade regional contribuiu na formação da imagem que a

sociedade cacaueira fez e faz de si mesma. A literatura passou a legitimar, no terreno do imaginário, a existência de uma “civilização do cacau” forneceu referências para a identidade regional em relação ao conjunto de identidades brasileiras e baianas, a partir das experiências vivenciadas e criadas pelos autores. Ao articular ficção e contexto histórico, a literatura desempenhou um importante papel na configuração de uma memória social para uma área delimitada no Nordeste cacaueiro.

Para melhor compreensão desse fenômeno, faz-se necessário analisar o conteúdo literário com atenção para a “lógica social do texto”, levando em consideração as contingências que cercam a sua produção e a proposta que cerca a ficção quando da construção de um passado. A utilização da ficção como fonte histórica também passa pela análise do escritor enquanto sujeito histórico, suas origens sociais, posições políticas ou literárias, para melhor perceber o alcance dos discursos que circulam socialmente e que tem na ficção um instrumento de propagação (CHALHOUB; PEREIRA, 1998).

### 3 A invenção dos grapiúnas

Os autores inventam o passado, mas a partir das suas próprias experiências acrescentadas, no processo de criação, à sua imaginação. Dessa forma, os textos ganham o estatuto de documento indicando as ideias vigentes na sociedade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001; CHARTIER, 2000). A literatura estudada tem como base a ideia de uma coesão cultural que tende à homogeneização dos modos de pensar e viver. A narrativa ficcional de cânone realista pressupõe um ordenamento da realidade na busca de coerência, mediante a correlação de determinados elementos presentes tanto no texto quanto no vivido.

O mundo criado nas obras literárias guarda verossimilhança com “o que foi”. O texto ficcional é formador de memória: “o que poderia ter sido” passa a ter a mesma força referencial “do que realmente foi” (COSTA LIMA, 1991). Os autores reivindicam terem se utilizado recorrentemente de fatos e personagens reais para compor o enredo ficcional. A ficção serve-se de referências concretas, recriando-as livremente em enredos trabalhados pela imaginação. Em Amado, por exemplo, é possível perceber inúmeras referências a episódios e pessoas reais que marcaram as lembranças do autor da sua infância e adolescência, entre Pirangi, Ferradas e Ilhéus. Nomes reais foram dados a personagens fictícias, como Sinhô e Juca Badaró. Nomes fictícios remetem a indivíduos reais, a exemplo de Manoel Misael Teles (Manoel Misael Tavares), Horácio da Silveira (Basílio de Oliveira), ou Ramiro Bastos (Ramiro Castro e Antonio Pessoa).

A memória é um fenômeno social influenciado pelas relações entre o indivíduo que lembra e os fatos lembrados. A memória, enquanto faculdade de preservar informações é constituída por um conjunto de funções pelas quais o indivíduo atualiza imagens passadas, “ou que ele representa como passadas”. Vários episódios serão seletivamente descartados por um processo de esquecimento em manipulações conscientes ou inconscientes da memória individual. A memória é um elemento fundamental na construção da identidade individual ou coletiva, uma das preocupações essenciais das sociedades contemporâneas (LE GOFF, 1994).

A memória pessoal depende das relações mais recentes do sujeito com os grupos que lhe servem de referência. Lembrar é uma reelaboração das experiências vividas, e desta forma associa-se às

mudanças na percepção e aos juízos de realidade e valor que fazem das lembranças uma rede de representações da posição atual do indivíduo. De acordo com Bosi (1994), as lembranças reconstróem um quadro dos acontecimentos dos mais recentes aos primeiros anos de vida. Com respeito a este último período, as lembranças são muitas vezes complementadas pelas falas de pessoas mais velhas, geralmente ligadas ao grupo familiar. Essas lembranças compartilhadas e construídas pela filiação institucional concedem à memória pessoal um caráter social.

Tanto na ficção quanto em ensaios, como *Sul da Bahia: chão de cacau*, ou em livros de caráter memorialístico, como *O menino grapiúna*, Adonias e Amado trabalham qualitativamente com o passado, em um processo chamado por Halbwachs de “desfiguração”. Neste ocorre o remanejamento de acontecimentos passados por ideias atualizadas na composição da biografia individual ou grupal, com base em padrões condicionados pelo interesse social (BOSI, 1994). As falas construídas dentro do grupo de convívio buscam fixar um determinado ponto de vista “histórico”, onde também existe a ausência deliberada de certas passagens que não são significativas para o grupo, em um processo seletivo do que deve ser preservado e do que deve ser esquecido.

Bosi propõe uma concepção flexível da memória, ao afirmar que as lembranças estão subordinadas à subjetividade do eu no transcorrer do tempo. A sua principal função é conservar o que é de interesse do sujeito ou do grupo ao qual pertence. Assim, a memória é socialmente construída desde a infância, quando as primeiras referências identitárias aparecem, baseadas na visão social dos mais velhos do grupo de convívio mais intenso sobre questões ligadas ao cotidiano, tal como chegam a eles deformadas pelo imaginário popular.

Na construção e reconstrução da memória individual muito do que foi incorporado é a soma de depoimentos depois lembrados como vividos. A memória familiar, que ao mesmo tempo une e separa, formula-se pela narração de episódios antigos que todos gostam de repetir. Neles o comportamento dos parentes define a “natureza íntima” do grupo e configura uma “atitude-símbolo” que deve inspirar os mais jovens (BOSI, 1994). O grupo familiar elabora discursos que narram e interpretam episódios carregados de significação para os seus membros. As versões que consagram

o passado familiar e local são amplamente referidas. Por esta perspectiva, os textos aqui estudados são documentos que expressam simbolicamente um contexto social e uma época, a partir do olhar dos seus autores sobre o real.

#### 4 Literatura e representação

As obras jorgeamadianas e adonianas são representações construídas sobre um período histórico, cada uma delas representativa do momento em que os autores as conceberam. Constroem um imaginário permeado de violência e rusticidade, onde a morte ocupa um lugar privilegiado nos destinos dos homens, para adiante imprimirem uma nova postura do grapiúna frente às mudanças sociais.

A circulação das obras estudadas fez com que os relatos nelas contidos influenciassem decisivamente o olhar sobre o sul baiano na contemporaneidade. Conforme afirmado anteriormente, os autores propõem a existência de uma grapiunidade e de uma civilização do cacau na tentativa de construir, através da literatura, uma identidade regional. A construção dessa identidade fundou-se em elementos peculiares, tais como o coronel *self-made man*, a diversidade étnica na composição social e os elementos naturais característicos da região como a mata atlântica, transformada em personagem nos enredos.

Amado e Adonias elaboraram um discurso literário fundante de uma tradição para a nova elite do cacau, formada em sua maioria por homens e mulheres de origem humilde, detentora de um poder social recente, sem vínculos sociais ou políticos com as elites mais antigas da Bahia. O desbravamento da mata por indivíduos oriundos de várias partes do Brasil e do mundo, para o plantio das roças de cacau, e a luta de morte pela terra são temas fundamentais para a ideia de nação grapiúna como uma área cultural do nordeste brasileiro, em um ambiente dominado pela natureza ainda hostil que aos poucos “civiliza-se”.

As mudanças econômicas advindas do comércio do cacau envolvem um projeto modernizante de sociedade, adequando-a a uma nova formatação identitária que se relaciona ao contexto histórico da consolidação do sul baiano como uma das fronteiras agrícolas mais prósperas do Brasil, tendo como base o eixo econômico formado pelos municípios de Ilhéus e Itabuna, na bacia do Cachoeira; e os de Canavieiras e Belmonte, às margens do Pardo e do Jequitinhonha.

Retratos ficcionais de lavradores, trabalhadores e jagunços são traçados, fazendo com que as personagens do universo literário deem conta dos comportamentos regionais, fixando-os em uma pretensa unidade identitária. As práticas sociais tidas como particulares da região são enfatizadas, para instituir simbolicamente a civilização do cacau. Ganha ênfase a ideia de que, diferentemente de outras áreas nordestinas, a riqueza regional foi construída pelo braço livre, sem o uso do trabalho escravo na implantação de uma nova economia, símbolo do poder regional encarnado pelos coronéis. Esta especificidade social e histórica, apontada pela literatura, caracteriza a formação da sociedade cacaueira do sul baiano.

Na trama ficcional, o poder é imbricado com a violência e a morte. A luta pela posse da terra, o confronto com a natureza inóspita e as doenças tropicais fizeram da morte um elemento referencial para a saga da civilização do cacau. Os autores estudados narram o processo de formação de valores e práticas inerentes à civilização do cacau. Tal conteúdo foi propagado como expressão da cultura particularmente constituída nas matas litorâneas do sul baiano. Segundo eles, o pioneiro plantador de cacau inaugurou uma nova era, como portador de uma dinâmica histórica que substituiu o espaço-tempo original, o da mata atlântica, por uma nova paisagem composta por fazendas, estradas e cidades.

O coronel representa a transformação do desbravador em proprietário de terras e safras, legitimando o seu poder pela natureza conquistada, com a fundação de um novo espaço fundante dominado pelas árvores de cacau (GUIMARÃES, 2001). Tanto Amado quanto Adonias pertenciam a essa camada privilegiada da sociedade regional, eram filhos dos “pioneiros” enriquecidos, a “segunda geração” do cacau. Muitos dessa geração tiveram acesso à educação formal devido ao capital acumulado pela geração imediatamente anterior. Muitos, ainda jovens, assistiram às transformações por que passou a região cacaueira. Era um novo tempo que chegava substituindo outro ligado ao século XIX e à instituição da escravidão.

## 5 A “identidade grapiúna”

Conforme foi apontado, o trabalho intelectual de diversos autores dessa geração irá construir uma coesão para essa espacialidade heterogênea, onde conviviam estrangeiros de várias procedências,

imigrantes nordestinos, baianos de outras regiões, negros e índios de inúmeras etnias e seus descendentes. Isso em uma época de transição, que separou o período de introdução da lavoura por todo o século XIX da fase de consolidação econômica nas primeiras décadas do século XX, definida como o ponto inicial de uma cultura específica.

A validação do discurso literário se intensificou à medida que aumentava o reconhecimento de Amado e Adonias como tradutores ficcionais da realidade regional. O estereótipo grapiúna funcionou como uma imagem onde os membros da sociedade cacauera poderiam afirmar um auto-reconhecimento, uma possível coesão no corpo social. O papel agregador e homogeneizador característico desses discursos gerou um efeito de aproximação entre períodos históricos, passado e presente, identificando costumes e comportamentos compartilhados e aceitos como próprios. Tais conteúdos culturais são perpetuados em função de processos históricos específicos, nos quais estão em jogo a conservação e a sustentação do poder.

Os descendentes dos coronéis grapiúnas resignificaram a imagem dos pioneiros do cacau. Humildes desbravadores foram heroizados como fundadores de uma civilização na violenta epopeia do cacau. O fazer-se da identidade grapiúna se dá em um movimento de aceitação social das práticas violentas, estabelecidas e forjadas “na boca dos rifles”. Nesse sentido, a literatura tem no jagunço um dos seus tipos mais expressivos. O seu papel como agente da morte violenta foi normatizado pelo costume. A sua atividade de assassino não se opõe à ordem no período heroico de formação econômica e cultural da civilização cacauera.

As “tocaias”, apesar de moralmente reprováveis, estão no âmbito da normalidade em uma região em que se conquista o poder pelo derramamento do sangue. O poder concentra-se na mão de uma elite econômica detentora de terras, cujas expectativas e anseios disseminam-se pela ficção. As suas principais características morais e comportamentais servem como modelo social, fixando assim um padrão ideal, legitimado pela tradição do exercício do poder.

Amado e Adonias deixam transparecer, em seus textos, relações com as experiências por eles vivenciadas, aproximando a ficção do referente da memória. Os autores narram a trajetória de um povo inserido em um ambiente peculiar. Diferentemente de outros escritores nordestinos, não tratam da decadência de uma

economia tradicional, mas descrevem uma economia recente e em plena expansão, fundada pelo braço livre de imigrantes de inúmeros matizes culturais e étnicos.

Terra, cacau e morte são elementos fundamentais na literatura sul-baiana. A região cacauzeira toma forma com a derrubada da mata, o plantio dos pés de cacau e as mortes violentas, aspectos fartamente representados nos romances de Jorge Amado e Adonias Filho. O uso da força dos grandes fazendeiros sobre os pequenos produtores, que ainda não possuíam os títulos de posse, é relatado recorrentemente nas obras. A conquista da mata inicia o processo de introdução do elemento humano, construtor de uma sociedade histórica cuja formação está intrinsecamente ligada às lutas pelo domínio da terra.

Conforme apontado anteriormente, literatura e história se mesclam, produzindo discursos que passam a formar uma imagem específica para a região cacauzeira em relação à capital e ao seu Recôncavo, área vinculada à antiga aristocracia canavieira e aos engenhos escravocratas. A Cidade do Salvador e o Recôncavo, assim como o agreste, representam a Bahia tradicional, presa ao passado e em declínio, enquanto o Sul cacauzeiro se configura como a terra da promessa e do progresso material.

## 6 Relatos ficcionais

O Sul do estado se constituiu em relação ao outro, uma identidade que se contrapõe às demais. Ao elaborar uma identidade cultural para a região cacauzeira, a ficção se consolidou como uma versão válida para o período histórico do desbravamento das matas e da introdução da lavoura do cacau que permitiu, ao longo do tempo, o nascimento do sentimento de unidade. Amado e Adonias legitimam o poder dos coronéis ao conferir-lhes o *status* de construtores da civilização do cacau, fruto do esforço pessoal na luta contra índios, febres, animais, jagunços e fraudes jurídicas, os “caxixes”. A tradição do mando regional advém do enfrentamento direto com a morte. O sangue derramado conferia prestígio e garantia a lealdade entre os rústicos homens do cacau. Os desbravadores, uma vez transformados em coronéis, entendem o exercício do poder como intimamente ligado à posse da terra “adubada” com o sangue dos que tombaram nas lutas pelas roças de cacau.

Esse aspecto é enfatizado em toda a sua dimensão na maldição do feiticeiro Jeremias sobre os conquistadores da secular mata do Sequeiro, em Terras do Sem fim:

Agora eles 'vai' entrar na mata mas antes vai morrer homem e mulher [...]. Vai morrer até não ter mais buraco onde enterar, até a terra ta vermelha de sangue que vire rio nas estradas e nele se afogue os parentes, os vizinhos e as amizades sem faltar nenhum. Vão entrar na mata mas é pisando carne de gente, pisando defunto. Cada pé de pau que eles derrube vai ser um homem derrubado [...]. Cada filho vai plantar seu cacauzeiro em riba do sangue do pai. (AMADO, 1982a, p. 117, grifo do autor).

Nesse processo, caracterizado pela ação violenta de plantadores e jagunços, a valentia pessoal era um elemento crucial para a sobrevivência. Era reconhecida como um dos valores mais característicos do grapiúna:

O coronel gordo espantava o caixeiro-viajante narrando um barulho que tivera numa pensão de mulheres na Bahia [Salvador]. Uns malandros fizeram-se de besta, tinham querido correr em cima dele por causa de uma mulatinha. Ele puxou o parabélum e bastou gritar: – Vem com coragem que eu sou é de Ilhéus... – para que os malandros recuassem acovardados. (AMADO, 1982a, p. 23).

A ocupação das terras mediante o emprego da violência será marcadamente representada pelas chacinas de indivíduos e de famílias inteiras, ou seja, a eliminação de obstáculos à conquista do poder material configurado pelo acúmulo de roças de cacau. Amado estabelece uma relação entre a violência física, praticada pelo jagunço, e a violência jurídica, imposta por tabeliães, advogados e juízes corruptos na ação contra os interesses dos pequenos proprietários:

Tão vendo essa modinha? Nessas terras vou morrer? Ta ai uma coisa verdadeira [...]. O coronel Horácio fez um caxixe mais Dr. Rui, tomaram a roça que nós havia plantado [...]. Que a terra era dele, Joaquim não era dono. Veio com os jagunços mais uma certidão do cartório[...], ficaram até com o cacau que já estava secando, prontinho pra vender. Joaquim era bom no trabalho [...], disse que ia se vingar. Mandaram tocaiari Joaquim, mataram ele na outra noite, quando vinha pra Ferradas. (AMADO, 1982a, p. 31).

A literatura explora a morte violenta como um fenômeno cotidiano nos municípios cacauzeiros, dos mais antigos como Ilhéus e Canavieiras aos mais recentes como Itabuna, todos marcados pelo sangue derramado em infinitos conflitos armados, somados às doenças endêmicas como o tifo, a febre que “matava até macaco”. Cacau e morte eram praticamente os únicos assuntos comentados pela população, fazendo com que os recém-chegados ficassem assombrados com a ferocidade da região:

Tou com mais de cinquenta anos no costado, já andei muita terra, tenho dez anos dentro dessas matas. Já fui soldado do exército, já vi muita desgraça. Mas não tem nada no mundo que chegue perto das desgraças daqui [...]. Tem homem de alma tão danada que se posta na tocaia e aposta dez mil-réis mais o amigo pra ver de que lado o finado vai cair. Tou aqui, já corri muito mundo. Como por essas bandas nunca vi nada. É terra de homem macho, mas também dinheiro é cama de gato. Se o cujo é bom no galtilho passa vida regalada. (AMADO, 1982a, p. 34).

Daí a ênfase jorgeamadiana na figura do jagunço, especialista em armas brancas e de fogo cujo principal ofício era proteger a vida do coronel e participar, a seu mando, de tocaias, invasões de fazendas e povoados, ou incêndios de cartórios para eliminar qualquer obstáculo legal ao aumento da fortuna do seu patrão. O recém-chegado, geralmente vindo do sertão, quando bom de pontaria era incorporado às fileiras das milícias particulares dos fazendeiros mais importantes:

Eu vou é pra Ferradas [...] – anunciou um jovem. – Tenho um irmão por lá, tá bem. Ta com o coronel Horácio, um homem de dinheiro. Vou ficar com ele. Depois eu volto pra buscar a Zilda [...]. Tu não volta é nunca [...] – falou um velho envolto numa capa. – Tu não volta é nunca, que Ferradas é o cú do mundo. Tu sabe mesmo o que é que tu vai ser nas roças do coronel Horácio? Tu vai ser trabalhador ou tu vai ser jagunço? Homem que não mata não tem valia para o coronel. (AMADO, 1982a, p. 25).

Uma personagem marcante no imaginário jorgeamadiano é o jagunço Honório, gigante negro temido por toda zona de Ferradas pela sua pontaria. Apesar do ofício, Honório é retratado ficcionalmente em *Cacau* como um revolucionário social embrionário, que

pensava em um dia matar todos os coronéis exploradores da classe camponesa oprimida. Homem de confiança do seu coronel, o jagunço desempenhava sem constrangimento moral o seu papel na construção da fortuna do patrão: “Honório era técnico em tocaia e o coronel Misael tinha inúmeros inimigos [...] Não sei se o coronel sentia remorsos, Honório, não. Tinha a consciência limpa e clara como a água.” (AMADO, 1982b, p. 187).

Em *O menino grapiúna*, a figura-símbolo da morte na região do cacau, o jagunço, é tratada por Amado com certa admiração, como uma espécie de herói popular:

[...] a quem mais admirava senão a Argemiro, de temerária fama, ou a Honório, um gigante negro que se repete nos meus livros, a partir de *Cacau*? Diante de Honório todos tremiam, constava que já liquidara não sei quantos, posso garantir que era de uma bondade sem limites, de uma delicadeza sem igual.” (AMADO, 1982c, p. 53).

O punhal e o rifle de repetição eram instrumentos que o identificam. A aura que cerca o seu ofício entre os grapiúnas o faz temido, muitas vezes admirado, e aceito como parte da paisagem social regional:

Herói da tocaia e do cangaço. Estava explicado porque, apesar de Honório dever novecentos mil-réis à despensa, o coronel não o botava para fora e ainda lhe fornecia dinheiro para as cachaçadas em Pirangi. Filho da terra, nascera nos bons tempos das fortunas rápidas e dos assassinatos por qualquer coisa. Educara-se entre tiroteios e mortes. Aos doze anos Honório já matara gente com a mais certa pontaria de dez léguas em redor. Quantos matara não sabia. As mortes diminuíram, mas [...] ainda hoje as estradas vivem peçadas de cruzes sem nomes. É a tocaia. Pela noite sem lua o viajante vem do povoado. A goiabeira solitária no caminho esconde o homem e a repetição. É um tiro só [...]. No outro dia o corpo é encontrado e enterrado ali mesmo. (AMADO, 1982b, p. 187).

Utilizando-se das tocaias e dos “caxixes”, a elite econômica articulou o seu predomínio social. Para Amado, a violência consolidada e perpetua a hierarquização vigente no Sul baiano. O número de jagunços e de armamento distingue os fazendeiros e reflete a sua influência social e política. A maior parte da população rural

dependia quase que exclusivamente dos interesses do grande caucicultor, vivendo na mais extrema pobreza e carente de qualquer benefício social trazido pelas imensas safras anuais que abarrotavam os porões dos navios estrangeiros no porto de Ilhéus.

A miséria da população rural, fruto da sua expropriação, é denunciada nas páginas dos livros. São retratadas as angústias dos trabalhadores, vítimas das contradições sociais na sociedade produtora de cacau. O desamparo dos estratos subjugados pela elite econômica é um tema caro ao escritor. Aos trabalhadores cabe o papel de maiores vítimas do sistema social, são eles que principalmente morrem e matam para que os pés de cacau floresçam e possibilitem a geração de capitais.

Amado, assim como Adonias Filho, organiza a sociedade regional em torno de um conjunto de valores inscritos em rudes normas sociais, adequadas ao ambiente ainda selvagem dominado pela mata atlântica. A ambição desmedida é um valor preponderante na aquisição de terras, símbolo do poder regional. Além disto, como foi apontado anteriormente, a posse de roças de cacau é associada à morte violenta, cuja execução fica a cargo dos trabalhadores transformados em jagunços, oriundos das áreas mais carentes do Nordeste brasileiro. Os que não serviam como jagunço, os trabalhadores comuns, viviam na esperança de amealhar o suficiente para a compra de um pequeno pedaço de mata ou poder reconstituir a vida na terra natal:

Homens escreviam, homens que haviam ido antes, e contavam que o dinheiro era fácil, que era fácil conseguir um pedaço grande de terra e plantá-la com uma árvore que se chamava cacauieiro e que dava frutos cor de ouro que valiam mais que o próprio ouro [...]. De quando em vez também chegava a notícia de que um morrera de um tiro ou da mordida de uma cobra, apunhalado no povoado ou baleado na tocaia. Mas o que era a vida diante de tanta fartura? (AMADO, 1982a, p. 26).

Ao chegarem, eram arregimentados pelos fazendeiros para a derrubada e colheita, em troca de baixos salários. Áreas específicas, como os arrabaldes próximos ao porto de Ilhéus, serviam como local de recrutamento, o “mercado de escravos” onde eram selecionados os que seriam “alugados”. As despesas com a alimentação e vestuário, feitas quase todas no armazém da fazenda, o “barracão”,

superavam o parco salário, ficando assim atrelados ao proprietário pela dívida. Em *Cacau*, um sergipano recém-chegado à fazenda Fraternidade, do coronel Misael, é informado da sua nova condição:

– Você está alugado ao coronel. Estranhei o termo: – A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente não. –Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga. O termo me humilhava. Alugado [...]. Eu estava reduzido a muito menos que homem. (1982b, p. 30).

*Terras do Sem Fim* denuncia a prática de submissão do empregado recentemente incorporado ao grupo de trabalhadores das fazendas de cacau como mecanismo de exploração da mão de obra no sul da Bahia, composta pelos “novos escravos” a serviço da acumulação capitalista:

– Amanhã cedo o empregado do armazém chama por tu para fazer o ‘saco’ da semana. Tu não tem instrumentos pro trabalho, tem que comprar [...]. E isso tudo vai ficar por cem mil réis [...]. Tu vai gastar uns dez mil pra comida [...]. No fim de semana tu tem quinze mil réis ganho de trabalho [...]. Teu saldo é de cinco mil réis, mas tu não recebe, fica lá pra ir descontando a dívida dos instrumentos [...]. Antes de terminar de pagar tu já aumentou a dívida [...]. Tu já comprou remédio que é um Deus nos acuda de caro, tu já comprou um revólver que é o único dinheiro bem empregado nessa terra [...]. E tu nunca paga a dívida... Aqui – e o homem magro fez um gesto circular com a mão abarcando todos eles [...], aqui tudo deve, ninguém tem saldo. (AMADO, 1982a, p. 98).

Em torno do velório improvisado de um trabalhador da fazenda Baraúnas, os diálogos resumem a situação social dos trabalhadores. Um cearense recém-chegado afirmava ter ouvido falar das desgraças que aconteciam na terra do cacau, “mas eu não dei crença [...] até parecia coisa de milagre [...], que era uma fartura de dinheiro [...], que tinha febre, os jagunços as cobras [...]. De ruim muita coisa” (AMADO, 1982a, p. 96). Um velho reforçava, em sua fala, o drama do “alugado” nas roças de cacau:

Tão vendo o finado? Pois bem: fazia pra mais de dez anos que trabalhava nas Baraúnas pro coronel Teodoro. Não tinha nada [...]. Passou dez anos devendo pro coronel [...]. Agora a febre

levou ele, o coronel não quis dar nem um vintém pra ajudar a fazer o enterro [...]. Nunca vi destino mais ruim que o de trabalhador de roça de cacau [...]. Os capangas ainda passam melhor [...]. Se tu tem boa pontaria, tu tá feito na vida. Aqui só tem valia quem sabe matar, os assassinos. (AMADO, 1982a, p. 97).

Uma das raras possibilidades para que o trabalhador das fazendas de cacau pudesse acumular algum capital era, segundo Amado, a atividade de jagunço. Quando mostravam algum tipo de habilidade com as armas de fogo passavam a acompanhar o coronel, nas suas investidas contra inimigos políticos e pequenos proprietários. Havendo necessidade imediata, os jagunços eram contratados fora da região, bastante valorizados pela sua experiência na criminalidade. Pelo êxito nas tocaias e invasões de terras, os jagunços recebiam somas muito acima dos salários pagos aos demais trabalhadores.

Em Gabriela, o negro Fagundes, jagunço do coronel Melk Tavares, esperava ansioso os conflitos armados que se anunciavam com a proximidade das eleições em Ilhéus: “se os falados barulhos não recomeçassem, seria difícil, muito difícil, chegar a comprar um pedaço de terra, mesmo ruim” (AMADO, 1982d, p. 327). Os “barulhos” ocorriam com frequência nos períodos eleitorais, quando os ânimos dos chefes políticos locais estavam mais exaltados. A disputa pelos cargos políticos era fundamental para os partidos, em sua relação de reciprocidade com o poder público estadual e federal, imprescindível para a manutenção e preservação do poder local.

Os encontros armados rendiam uma razoável soma de dinheiro aos jagunços, para os sonhados pedaços de terra para o plantio do cacau. No diálogo entre Fagundes e Gabriela, companheira de viagem do sertão para o litoral ilheense, o jagunço confessa nutrir a esperança de comprar uma “burara”, pequena área de terra, onde ele e Clemente pudessem plantar árvores de cacau. Para tanto, havia atirado em um importante chefe político itabunense que havia ameaçado passar para a oposição ao partido do seu patrão:

– Por que tu atirou? Que necessidade tinha? Que mal te fez?

– Para mim não fez nada. Foi pro coronel. Loirinho mandou, que podia fazer? Cada um tem um ofício, esse é o meu. Também para comprar um pedaço de terra, eu e Clemente. Já tava apalavrado. (AMADO, 1982d, p. 280).

Fagundes tinha uma clara consciência do seu ofício de matador e da sua submissão às determinações do coronel. A sua fidelidade ao coronel tornava a recusa a uma ordem quase impossível, mas ele, além disso, entendia que matar era um meio que lhe permitiria comprar o seu quinhão, possibilidade única de ascensão social para homens como ele, cujo único ofício era a morte. Por sua vez, Damião, homem de confiança do coronel Sinhô Badaró, cuja fama “[...] há muito que está além de Palestina, de Ferradas, de Tabocas” (AMADO, 1982a, p. 58), não possui consciência da maldade do ato de matar. Esta personagem representa simbolicamente o oprimido alienado da sua condição de explorado, um indivíduo em completa ignorância das consequências dos seus atos. Damião não visa recompensa material, mata por gratidão a Sinhô que o livrou da prisão. Mata sem questionar, mata porque o coronel manda.

Não sente remorso das mortes que causa, até o momento em que, aguardando ordens, ouve Sinhô chamar o irmão Juca de assassino, de acusá-lo de gostar de mandar matar. Ouvira Sinhô Badaró perguntar ao irmão — “tu acha bom matar gente? Tu não sente nada? Nada por dentro?” (AMADO, 1982a, p.66). Na tocaia, à espera de Firmo, pequeno proprietário vizinho da família Badaró, Damião sente pesar em sua cabeça as palavras do coronel. Talvez, se quem houvesse falado fosse Juca ele não se importasse, mas Damião venerava Sinhô. No relato do romance, “se antes alguém lhe dissesse que era terrível esperar homens na tocaia para matá-los, ele não acreditaria, pois seu coração era inocente e livre de toda a maldade” (AMADO, 1982a, p.72). Ao ouvir Sinhô chamar com desprezo o irmão de assassino, Damião se deu conta de que a sua profissão era matar; ele não era um simples empregado, sua serventia era proteger a vida do coronel e tirar a dos inimigos da família Badaró.

A morte para Damião passa a ter outro sentido que lhe pesa na recente consciência da maldade dos seus atos. A “inocência” perdida trouxe a Damião a dúvida nunca sentida antes: deveria matar Firmo? Era certo deixar os seus filhos órfãos, a sua mulher viúva? Seria possível desobedecer ao coronel, dizer que errou a pontaria e assim não matar Firmo? Para Damião, a morte que o aproximara da família Badaró agora o distanciava, justamente por recusá-la. Por fim, o dilema leva Damião à loucura. A demência é a sua fuga, sua forma de escapar do conflito que o envolve, de um lado, a gratidão aos Badaró, a sua devoção canina à Sinhô e, de outro, a nova consciência do seu ofício de matador, da sua função primordial para o

processo de acumulação na sociedade grapiúna. A recusa da morte retirou a grapiunidade de Damião, tornou-o um pária, afastando-o do convívio social. Passou a viver sozinho na mata do Sequeiro, entre as árvores e os animais.

O tema da fuga da condição de assassino repete-se em *Corpo Vivo*, de Adonias Filho. O romance narra a saga de Cajango, o menino transformado, pelo desejo de vingança, no mais temido jagunço do sul da Bahia. A obra mostra o drama por ele vivido após o assassinato da sua família pelos jagunços dos Bilá, família de fazendeiros de cacau que cobiçava as terras dos proprietários vizinhos. A tragédia vivida por Cajango muda completamente o seu destino, sua vida passa a girar em torno do sentimento de vingança. A ideia transmitida pelo romance é a da violência e da morte como os únicos meios para alcançá-la.

A personalidade de Cajango molda-se ao ambiente selvagem do Camacã, onde vai ser criado pelo tio Inuri, misto de índio e jagunço. Ao educá-lo para a vingança dos seus pais, Inuri ligou o destino do menino ao ambiente natural:

Neto do meu pai, seu sangue era igual ao meu. Isso eu entendi no primeiro dia, quando avançando na trilha, percebi que se sentia como se estivesse em casa. Levando-o, sabendo que durante meses não veria outro homem senão a mim, temia que não sobrevivesse para vingar os nossos mortos. Não demoraria a mostrar-lhe o que seria a selva, um bicho matando o outro, apenas o mais forte ou o mais astuto tendo direito à vida. (FILHO, 1981, p. 42).

O jagunço aparece, no romance *Corpo Vivo*, como um tipo que age maquinalmente, assassino por natureza. Isto é expresso na personagem o Alto, “um assassino e assassino continua porque mata sem motivo e mata qualquer um: mulher, velho ou criança” (FILHO, 1981, p. 31). O aumento do poder pessoal e do número de subordinados incorpora, na obra de Adonias Filho, como na de Jorge Amado, a figura do jagunço à imagem da região, no período sangrento das lutas entre os grandes coronéis do cacau. Esse processo desencadeia a tragédia que envolve a invasão das terras de Januário, pai de Cajango:

O mundo é muito grande – Alonso disse – mas querem as terras de Januário. Os Bilá, após certas brigas com Januário, tinham

jurado lhe tomar as terras. O cacau novo de Januário começava a dar frutos. Aquelas terras valiam ouro e os Bilá tinham um exército no rifle. Que Deus guardasse a compadre Januário. (FILHO, 1981, p. 5).

Cajango, ainda um menino de treze anos, testemunha o assassinato dos seus pais e irmãos:

E deitado estava quando, ouvindo tiros e gritos, se refugiara atrás dos sacos de cacau. Ouvira as súplicas da mãe, a gritaria dos irmãos, não escutara porém a voz do pai. Ele já devia estar morto quando acordara. Os gemidos a seguir. A voz alta de um homem que ordenava: -Não deixem ninguém vivo – e os tiros de misericórdia nos que gemiam. Depois ainda escutara os gritos de Maria Teresa que diminuindo, diminuindo, cessaram definitivamente. Percebera os homens abandonando a casa, os passos pesados, e o silêncio finalmente tudo dominou. Minutos depois, saindo do esconderijo, a casa em trevas, tropeçava no corpo do pai. Arrastara-se no sangue, em busca da cozinha, mas temera acender o candieiro. E, receando que retornassem, ganhara o campo para esconder-se nos cacauzeiros. (FILHO, 1981, p. 9).

A sua vida representa uma ameaça para os Bilá: “sabendo que está vivo, caçarão este menino nos infernos”. Encontrado pelo padrinho, Cajango é levado para ser criado por Inuri nas matas ainda inexploradas pelos fazendeiros de cacau. Ali iria aprender o ofício de jagunço e liderar a luta de extermínio contra os assassinos de sua família. Para Cajango, a invasão das terras de seu pai significava o início do seu contato com o fenômeno físico e cultural da morte. A chacina de sua família o colocou frente a frente com a necessidade da morte dos seus inimigos, único meio possível de compensar o extermínio dos seus parentes.

Aos Bilá, por outro lado, não restava outra atitude a não ser eliminar o último membro da família de Januário. O controle efetivo das terras invadidas estaria sempre em perigo diante da sobrevivência de Cajango. Acolhido por Inuri, Cajango aprende o ofício de matar e transforma-se em um dos mais temidos jagunços, cujo nome era conhecido em todo o sul da Bahia. Desde criança aprendeu que o assassinato da família só poderia ser vingado com a morte dos mandantes, única forma aceitável para os homens do cacau:

[Padrinho]: Que fará ele – e aponteí Cajango – quando crescer?

[Inuri]: Quando crescer, se crescer, tem que matar os assassinos do pai, esta foi a resposta. Todos nós, sangue de Januário, temos que matar eles, acrescentou [...]. Levantou-se e com o braço na direção da selva, soltou as palavras com lentidão. Os mortos estavam no chão e, se a terra fora roubada, às mãos de Cajango voltaria. Tinham que ser mortos os que mataram. E, na idade, se Cajango não o quisesse fazer, ele o mataria porque não pode viver quem não vive para vingar o pai e a mãe. Arrastara-se no sangue dos irmãos, eu sabia, e esse sangue não trairia. Concluiu, a voz calma, sem precipitação: – É pena que demore a crescer. (FILHO, 1981, p. 19-20).

No romance adoniano não há alternativa além da lei taliônica do cacau: sangue por sangue, morte por morte. A ira causada pela morte de um indivíduo somente poderia ser aplacada através do sangue derramado. Não existe outra forma de reparação. Aos que ao final, como Cajango, terminam por abdicar da vingança, não resta outra condição além do isolamento social: a fuga com a mulher para a serra distante de outros humanos e à margem dos valores regionais. Ao desistir da morte dos Bilá não há mais lugar para Cajango na sociedade do cacau. Para libertar-se do jugo das mortes da família foi preciso matar o seu tio Inuri, matar uma última vez para apagar o seu vínculo com a herança do sangue derramado.

O amor de Cajango por Malva, irmã e filha de jagunços do bando, é uma ruptura no padrão do comportamento socialmente esperado, não se coaduna com a ótica da morte violenta como reparadora dos males. O casal se refugia nas serras longínquas das matas do Camacã, espaço simbólico da negação da grapiunidade, isolado da ambição dos plantadores materializada na posse violenta da terra.

## 7 Considerações Finais

O desenvolvimento da produção do cacau e a ampliação do território incorporado fizeram emergir uma nova lógica nos comportamentos e atitudes da população da região Sul da Bahia. A região cacauzeira teve a sua identidade cultural constituída mediante a formação, patrocinada por membros de suas elites, de uma memória que remete às suas origens como área de fronteira agrícola, aberta na mata atlântica por elementos das mais diversas procedências, agrupados em núcleos familiares e políticos. As motivações e mecanismos da

constituição de tal memória podem ser observados em fontes como os jornais, mas também na literatura, nos edifícios e equipamentos urbanos, e nos ritos e arquitetura associados à morte.

O empenho na demonstração de *status* verificava-se, sobretudo, entre os novos-ricos do cacau, os quais investiram intensamente no campo simbólico para alcançar o prestígio social das famílias mais antigas. O esforço na construção de uma imagem positiva para si, desencadeado durante o período de luta violenta pela posse das melhores terras para a lavoura cacaueteira, serviu como enredo para os principais autores regionais. Jorge Amado e Adonias Filho representaram, em sua ficção, uma sociedade na qual o poder foi estabelecido pelo uso indiscriminado da força, instituindo um passado fundador marcado pelo signo da morte violenta ou “selvagem”. A sua obra literária apresenta a morte como elemento legitimador do poder social trazido pela posse de fazendas de cacau. A morte permeia a identidade dos construtores da chamada “civilização grapiúna”.

## Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN; Ed. Massagana; São Paulo: Cortez, 2001.
- AMADO, J. **Terras do Sem Fim**. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982a.
- AMADO, J. **Cacau**. 40. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982b.
- AMADO, J. **O Menino Grapiúna**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982c.
- AMADO, J. **Gabriela, Cravo e Canela**. 62. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982d.
- ARAÚJO, J. de S. **Dionísio & cia. na moqueca de dendê**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARDOSO, J. B. **Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado**. Ilhéus: Editus, 2006.
- CHALHOUB, S. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALOUB, S; PEREIRA, L. (Orgs.). **A história contada: capítulos da história social da leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, R. Literatura e História. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, v.01, n. 01, p. 197-216, jan.-dez. 2000.
- COSTA LIMA, L. **Pensando nos trópicos: dispersa demanda II**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- FILHO, A. **Corpo Vivo**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- FRANCESCHI, F. de (Org.). **Cadernos de Literatura Brasileira n. 3**. Jorge Amado. São Paulo: IMS, 1997.
- GOLDSTEIN, I. S. **O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional**. São Paulo: SENAC, 2003.
- GUIMARÃES, L. M. P. Memórias partilhadas: os relatos dos viajantes oitocentistas e a idéia de “civilização do cacau”. In: **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 1059-1070, 2001. Suplemento.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: EdUNICAMP, 1994.